



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A AVALIAÇÃO À SERVIÇO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

WALISSON BRÁULIO DE SOUZA

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

A AVALIAÇÃO À SERVIÇO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Lidiane Xavier de Faria do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

EPÍGRAFE

“Uma avaliação escolar conduzida de forma inadequada pode possibilitar a repetência e esta tem consequências na evasão. Por isso, uma avaliação escolar realizada com desvios pode estar contribuindo significativamente para um processo que inviabiliza a democratização do ensino.”

Cipriano C. Luckesi

RESUMO

O trabalho discute a importância da avaliação para o sucesso dos processos de ensino aprendizagem que acontecem no interior das instituições de ensino do nosso país. Através da análise das avaliações dos educadores da Escola Estadual Antero Magalhães de Aguiar é traçado um perfil da concepção de avaliação que está presente nas práticas destes professores. Com o objetivo de identificar estas práticas e propor metodologias alternativas que possibilitem os educadores aumentarem a gama de formas para avaliar os conteúdos ensinados aos alunos, o trabalho foi desenvolvido através da observação das avaliações destes professores e relacionado com os pressupostos teóricos disponíveis em obras literárias e artigos científicos de autores especializados. Ao final do trabalho novas metodologias foram apresentadas aos educadores como forma de diversificação das formas de avaliar, buscando contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos educadores e conseqüente sucesso dos alunos.

Palavras-chave: concepções de avaliação, avaliação formativa, avaliação somativa, avaliação diagnóstica.

ABREVIATURAS E SIGLAS

PPP - Projeto Político Pedagógico

EE - Escola Estadual

p. - Página

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Tema.....	7
1.2 Objetivos.....	8
1.2.1 Objetivo Geral	8
1.2.2 Objetivos Específicos	8
1.3 Justificativa	8
Revisão De Literatura	99
1.4 Percurso teórico metodológico	10
2. SEÇÃO I – A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA.....	10
3. SEÇÃO II – AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	13
4. SEÇÃO III – METODOLOGIAS PARA UMA AVALIAÇÃO EFICAZ	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
6. REFERÊNCIAS	20
7. ANEXOS.....	23

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga as concepções presentes nas avaliações da aprendizagem dos professores da Escola Estadual Antero Magalhães de Aguiar. Neste sentido, faz um paralelo entre a realidade vivenciada no cotidiano escolar e os preceitos legais que estão determinados na legislação nacional e no PPP da escola. Na primeira seção – A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA – discute-se a importância que a avaliação da aprendizagem possui dentro de uma escola pública que prima pelo acesso democrático visando garantir o acesso e a permanência de todos os alunos.

Na segunda seção – AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM – apresenta as concepções presentes nas avaliações dos educadores da Escola Estadual Antero Magalhães de Aguiar confrontando com as concepções de avaliações descritas nas obras literárias que serviram de apoio teórico para o desenvolvimento deste trabalho.

Na terceira seção - METODOLOGIAS PARA UMA AVALIAÇÃO EFICAZ – o trabalho apresenta metodologias diferenciadas para que o professor possa superar a visão antiga de avaliação contida apenas em provas escritas com questões objetivas e dissertativas.

Nas considerações finais, são entrelaçados os capítulos da pesquisa e os resultados encontrados. Nesta introdução, aborda-se o tema, a revisão de literatura, a justificativa, os objetivos e os procedimentos metodológicos da pesquisa.

1.1 Tema

Este trabalho buscar analisar as concepções sobre avaliação pedagógica presente nas práticas diárias dos professores que lecionam na Escola Estadual Antero Magalhães de Aguiar fazendo a interface entre a realidade vivenciada em sala de aula por alunos e professores com os pressupostos teóricos presentes no PPP da escola.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

- Identificar metodologias de avaliações pedagógicas que prestem à função de construir uma escola pública democrática e eficiente.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Discutir a importância da avaliação da aprendizagem no processo educativo, identificando-a como importante fator de garantia de uma escola democrática que permita o acesso e a permanência a todos os seus alunos.
- Identificar as concepções de avaliação da aprendizagem presentes nos educadores da Escola Estadual Antero Magalhães de Aguiar em consonância com o PPP da escola.
- Apresentar diferentes metodologias de avaliação da aprendizagem para a construção de uma escola para todos.

1.3 Justificativa

O ato de avaliar está impregnado na carreira do professor. Desde os primeiros contatos com a prática docente há um apreço imenso pela função de avaliar os estudantes, atribuindo valores e conceitos à capacidade que eles têm em assimilar os conteúdos trabalhados em sala de aula. Muitos educadores carregam em si a falsa concepção de que a avaliação é um instrumento que serve a dois senhores distintos: o de diagnosticar o nível da aprendizagem dos alunos e o de controlar a (in)disciplina dos alunos. É importante ressaltar que esta concepção é trazida como herança da época de estudantes desses educadores, pois há tempos é comum que a avaliação preste ao papel de controle disciplinar além de examinar as capacidades cognitivas dos alunos. Neste sentido, é necessário que se realize uma ampla discussão sobre os verdadeiros objetivos que devem permear as práticas avaliativas dos professores no exercício de suas funções, buscando corroborar com

a ideia de que a avaliação deve ser instrumento norteador das metodologias dos docentes em busca de uma educação de qualidade que garanta aos alunos o direito de acesso a uma educação pública democrática, aberta a atender as diferentes demandas de alunos existentes, garantindo que todos aprendam.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Antero Magalhães de Aguiar atribui à avaliação um caráter investigativo, diagnóstico e formativo, no entanto nas práticas diárias há uma discrepância entre a teoria e a realidade vivenciada em sala de aula. As formas de avaliar estão “engessadas” em realização de atividades de casa e provas objetivas, não cumprindo o seu papel fundamental de identificar as necessidades pedagógicas dos alunos.

Desta forma, é necessário discutir e analisar as práticas avaliativas dos professores relacionando-as com os objetivos fixados no PPP afim de atribuir um valor pedagógico formativo às avaliações visando garantir um ensino público eficiente e democrático.

Revisão De Literatura

Foi realizada uma busca aberta no site Google, usando como termos de busca: “avaliação escolar”; “avaliação e gestão democrática do ensino” e foram selecionados, por título, 6 artigos ao todo.

Foram selecionadas algumas obras que tratam sobre a avaliação no âmbito escolar, discutindo objetivos e metodologias que devem ser usadas nestes processos. Ao todo foram estudadas e discutidas neste trabalho 8 diferentes obras, que fundamentaram as teorias aqui descritas.

Foram escolhidos obras e artigos que permitem elucidar as verdadeiras razões pelas quais a avaliação deve existir e permear as práticas pedagógicas das instituições de ensino, atribuindo a ela o dever de ser um instrumento de colaboração para que os processos de ensino-aprendizagem sejam realizados de forma eficiente, garantindo o acesso e a permanência dos alunos à escola.

1.4 Percurso teórico metodológico

Realizou-se uma revisão na literatura especializada através de obras de autores renomados e artigos científicos disponíveis em sites acadêmicos para discutir do ponto de vista científico as práticas de avaliação realizadas pelos professores em sala de aula. Adotou-se os seguintes procedimentos metodológicos: (i) seleção de obras e artigos científicos que constituem o referencial teórico deste trabalho. (ii) Estudo do PPP da Escola Estadual Antero Magalhães de Aguiar. (iii) Observação das práticas avaliativas dos professores da Escola Estadual Antero Magalhães de Aguiar. Análise das práticas avaliativas dos professores confrontando com os referenciais teóricos estudados.

2. SEÇÃO I – A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA

Avaliar é um processo contínuo e oneroso, encarado por muitos como um grande desafio, pois nos exige um senso crítico apurado e um indispensável senso de justiça e honestidade, já que, na maioria das vezes, a avaliação é um processo de mão dupla que confronta o sujeito ou objeto avaliado e traz à tona a qualidade do avaliador.

Principalmente na educação, quando pensamos em avaliação torna-se muito claro a responsabilidade dos dois personagens envolvidos nestes processos. O avaliado é chamado a provar que os conteúdos desenvolvidos pelo professor foram assimilados, sendo este capaz de demonstrar através de provas objetivas e/ou dissertativas que todos os conceitos, métodos e informações repassadas foram incorporados ao seu conhecimento. Neste mesmo sentido, o avaliador confronta-se com a tarefa de examinar se suas próprias práticas e metodologias estão surtindo o efeito esperado, ou seja, os mecanismos usados por ele para transmitir o conhecimento têm sido capazes de possibilitar ao aluno o avanço cognitivo esperado.

Para avaliar podemos usar instrumentos que testem e/ou meçam, mas é muito mais do que atribuir um número, quantificar, pesar, qualificar e atribuir um valor quantitativo e/ou qualitativo; é acima de tudo, confirmar a validade de um empreendimento. É constatar se a estratégia escolhida, na busca de algo, funcionou, era a mais adequada à situação e compensou, isto é, satisfaz nossas expectativas.

(SANT'ANNA, 2002, p. 17)

Em nosso país, há algumas décadas a sociedade civil e os governantes vêm demonstrando o crescente desejo de garantir que a educação seja direito fundamental garantido a todos. Isso fica evidente nas legislações específicas que ao longo deste tempo tem envidado esforços para criar mecanismos de acesso à escola para toda a população. O maior instrumento legal que atualmente se presta a este papel é a Constituição Federal da República de 1988 que resumidamente em alguns poucos artigos cita o dever dos poderes públicos para garantir um ensino público gratuito e democrático em todo território nacional. Para reforçar este dispositivo legal o governo federal publicou em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB número 9394/1996 que descreve minuciosamente os princípios da educação pública praticada em nosso país e as formas de garantia que devem ser praticadas por todas as esferas do governo e pelas instituições escolares na busca da oferta de um ensino público estendido a todos como direito universal e presente na lei maior que rege este país.

Diante do exposto, os educadores juntamente com suas instituições de ensino são convidados a criar mecanismos em suas práticas docentes que garantam efetivamente no cotidiano o direito já garantido por lei. Neste sentido, a avaliação é fator determinante para que os alunos vivenciem a democracia do ensino e possam gozar de seus direitos, tendo garantido não só o acesso à escola pública, mas também a permanência em uma instituição de qualidade, preocupada em ofertar o ensino gratuito capaz de transformar as difíceis realidades sociais existentes em nosso país.

Cada escola precisa efetuar sua própria avaliação, pois só ela conhece de fato as condições nas quais realiza seu trabalho. O que não exclui, ao contrário, a necessidade de se situar dentro da avaliação do sistema escolar, por sua vez muito necessária para sabermos a quantas andamos em relação ao que deve ser oferecido em termos de educação básicas às nossas crianças.

(FRANCO et al., 2001, p. 32)

As avaliações em larga escala, também conhecidas como avaliações externas tem o importante papel de fomentar os indicadores que permitem ao poder

público a criação de programas de melhoria nas redes de ensino. Embora importantes é preciso ressaltar que este tipo de avaliação jamais deve ser o único instrumento a orientar a prática dos docentes, como tem acontecido incessantemente nas escolas públicas do nosso país, pois estas não traduzem a realidade local de cada instituição de ensino. Isso por seu caráter generalista e fundamentado em habilidades medidas através de questões objetivas, não sendo passíveis de examinar a capacidade de criação, exposição e argumentação de ideias por parte dos nossos alunos. Portanto, é um pouco ambíguo, mas vale destacar que esta prática avaliativa confere ao poder público instrumentos necessários à democratização do ensino, mas em nível local não traduz em práticas inclusivas e democráticas dentro da escola.

A Avaliação Educacional é um sistema de informações que tem como objetivos fornecer diagnósticos e subsídios par a implementação ou manutenção de políticas educacionais. Além disso, ela deve prover um contínuo monitoramento do sistema educacional com vistas a detectar os efeitos positivos ou negativos de políticas adotadas. Um sistema de avaliação deve obter e organizar informações periódicas e comparáveis sobre os diferentes aspectos do sistema educacional.

(FRANCO et al., 2001, p. 143)

A escola democrática consegue nutrir os seus usuários de conhecimentos que estes não possuíam antes de frequentá-la, favorecendo as condições para que todos permaneçam em seu interior, acumulando conhecimento e promovendo seu crescimento pessoal e social. Por tudo isso, é muito importante que cada prática dos professores seja no intuito de vislumbrar o crescimento cognitivo de seus alunos e a avaliação deve se prestar ao papel de observar e quantificar este crescimento. Para Luckesi (1997, p. 65) “será democrática a escola que possibilitar a todos os educandos que nela tiverem acesso uma apropriação ativa dos conteúdos escolares”.

O acesso e a permanência na escola, assim como qualquer nível de terminalidade (em termos de anos de escolaridade), nada significarão caso não estejam recheados pela qualidade do ensino e da aprendizagem, ou seja, pela apropriação significativa de conhecimentos que elevem o patamar de compreensão dos alunos na sua relação com a realidade. Um ensino e uma aprendizagem de má qualidade são antidemocráticos, uma vez que não possibilitarão aos educandos nenhum processo de emancipação.

(LUCKESI, 1997, p. 65)

Para Sant’anna (2002, p. 27) “a avaliação só será eficiente e eficaz se ocorrer de forma interativa entre professor e aluno, ambos caminhando na mesma direção, em busca dos mesmos objetivos”. Portanto, para assumir seu papel central no

processo de democratização do ensino é necessário que a avaliação seja um norte nas ações dos professores, não podendo jamais ser o fim de um processo, que encerre ali todo um trabalho construído ao longo de semanas e até mesmo meses. Por tudo isso, é necessário que o professor entenda e incorpore em seu trabalho uma avaliação que seja processual, identificadora dos avanços e/ou retrocessos que os alunos estão obtendo ao longo do processo, para que assim, no momento exato as metodologias possam ser revistas e a garantia da educação pública eficiente e de qualidade se traduza em ações na sala de aula.

3. SEÇÃO II – AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

É inegável para qualquer educador a importância que a avaliação possui dentro do contexto educativo, no entanto, quando nos deparamos com a forma com que este importante instrumento é administrado pelos docentes somos convidados a refletir sobre sua verdadeira aplicabilidade na busca das melhorias de condições de ensino. Ainda hoje, existem docentes que devido às dificuldades enfrentadas no ambiente escolar, usam a avaliação como mecanismo de repressão aos alunos e de controle deles perante aos atos de indisciplina. Para muitos professores a única forma de se conseguir desenvolver um trabalho sério com os alunos é fazendo-os acreditar que a avaliação escrita, em que o aluno precisa demonstrar habilidades para responder questões objetivas e dissertativas sobre os assuntos estudados, é capaz de definir por si só o percurso da vida escolar dos mesmos. Para estes, a observação, o registro, a procura pela identificação dos fatores que levam à falta de aprendizagem, são variáveis que podem ser descartadas e que pouco ajudam na melhoria do ensino público.

Não é raro vermos nas salas de aulas docentes que trabalham anos com a mesma postura avaliativa, em turmas totalmente distintas e heterogêneas, mas que são fadadas a passar pelo mesmo ritual avaliativo, em que cada aluno recebe sua avaliação e dentro de suas condições deve responder, sem nenhuma interação com seus colegas e mestres as questões que lhe são pedidas. Para estes docentes este tipo de prática avaliativa contribui significativamente na apuração dos resultados do ensino por ele ofertado.

Os professores, em sua maioria, cansados, carentes financeiramente, enfrentando uma fase de transição social da humanidade, não estão dispostos a arriscar e permitir ao educando caminhar com suas próprias pernas. Muitos mestres, se é que merecem este nome, usam a avaliação como uma ameaça e até se vangloriam de reprovar a classe toda, levando alunos e familiares ao desespero. Há professores radicais em suas opiniões – só eles sabem, o aluno é imbecil – cuja presença só serve para garantir o miserável salário do detentor do poder.

(SANT'ANNA, 2002, p. 27)

Esse perfil de docente, que infelizmente ainda predomina em nossas escolas, precisa ser superado e para que isto aconteça é necessário que se entenda e defina claramente os objetivos da avaliação para o sistema educacional. Desta forma, cabe ao professor refletir sobre suas práticas e adotar àquelas que forem mais inclusivas, democráticas e que permitam avaliar o desenvolvimento de todos, identificando os avanços e retrocessos, definindo novas metas e primando pela escolha de metodologias capazes de construir um conhecimento sólido e acessível a todos.

Neste contexto, a avaliação precisa ser processual e formativa. Por isso, o professor atento às suas responsabilidades e buscando identificar o nível de aprendizagem atingido por seus alunos precisa conhecer e colocar em prática a maior variedade de formas avaliativas para que através dessas observações construa diagnósticos fidedignos e passíveis de intervenção.

Uma avaliação mais formativa não toma menos tempo, mas dá informações, identifica e explica erros, sugere interpretações quanto às estratégias e atitudes dos alunos e, portanto, alimenta diretamente a ação pedagógica, ao passo que o tempo e a energia gastos na avaliação tradicional desviam da invenção didática e da inovação.

(PERRENOUD, 1999, p. 68)

Sant'anna (2002) destaca três diferentes modalidades para avaliação, sendo estas interdependentes e indissociáveis: avaliação diagnóstica, avaliação formativa e avaliação somativa.

A avaliação diagnóstica é o primeiro passo para nortear as práticas educativas dos professores, por isso assume um papel fundamental no planejamento didáticos do docente e de toda a escola. Ela “visa determinar a presença ou ausência de conhecimentos e habilidades, inclusive buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem”. (SANT'ANNA, 2002, p. 33)

De fato, o ato de planejar não é neutro, mas, para o autor, ele deve assim ser entendido. Assumindo-se a perspectiva dessa definição, o planejamento se reduz a uma técnica sofisticada de, no presente, estabelecer previsões para a administração futura da escassez de recursos disponíveis, sejam eles operacionais, materiais, financeiros, sejam humanos.

(LUCKESI, 1997, p. 103)

Para Sant'anna (2002, p.34) a avaliação "é chamada formativa no sentido que indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos". Assim sendo, ela assume um importante instrumento no decorrer do processo. Se a avaliação diagnóstica serviu de base para o ponto de partida do planejamento e da execução das ações, é através da avaliação formativa que o processo poderá, já em alto mar, determinar os rumos que o barco dos mecanismos de ensino-aprendizagem devem rumar. Perrenoud (1999, p. 77) afirma que "uma avaliação é formativa se, ao menos na mente do professor, supostamente contribuir para a regulação das aprendizagens em curso no sentido dos domínios visados".

Após todo o caminho traçado pelos professores e alunos, determinado pelas avaliações diagnósticas e formativas, será necessária uma etapa para a consolidação de uma avaliação somativa. No atual cenário da educação nacional, este tipo de avaliação assume papel de destaque, pois para muitos professores é o fim do processo e determina o rendimento escolar dos alunos, classificando-os para as séries seguintes ou os deixando na série já cursada repetindo todo o ano escolar. Para Sant'anna (2002, p.35) "sua função é classificar os alunos ao final da unidade, semestre ou ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados". Curiosamente, esta modalidade da avaliação é totalmente dependente das outras apresentadas e serve também para o diagnóstico de todo o processo ocorrido, pois podemos pressupor que se a o planejamento e as ações foram bem executadas não há o que se temer nesta etapa avaliativa.

Na Escola Estadual Antero Magalhães de Aguiar, objeto de análise e observação para elaboração deste trabalho, os educadores têm em mente os papéis bem definidos destas modalidades de avaliação. Durante o ano escolar os docentes são levados pela equipe pedagógica a desenvolver um trabalho bem planejando, com passos bem definidos e metas traçadas para todo o ano escolar. Embora, a escola trabalhe dentro desta perspectiva avaliativa dividida em três momentos distintos (diagnóstica, formativa e somativa) percebe-se que alguns educadores não conseguem por em prática a metodologia aplicada a estas avaliações.

As avaliações diagnósticas elaboradas no primeiro mês de aula já revelam as dificuldades de alguns educadores diante da tarefa de pesquisar os pré-requisitos necessários para se trabalhar os conteúdos daquele período letivo. O PPP da escola define as três modalidades de avaliação supracitadas como pertencentes às práticas avaliativas da escola, portanto os educadores precisam, o mais breve possível, conhecer a diferença conceitual entre elas e elucidar mecanismos e metodologias que garantam as suas aplicabilidades em sala de aula.

Nota-se na análise das avaliações diagnósticas, por exemplo, uma forte tendência a cobrar do aluno os conceitos específicos de cada disciplina que ainda serão estudados, ao passo que deveria estar sendo investigado se o aluno conhece o mínimo sobre determinados conteúdos para que o trabalho do professor seja melhor direcionado. Nesta perspectiva, o professor espera do seu aluno o domínio de assuntos até então desconhecidos, por isso, a avaliação não cumpre seu papel de identificar pré-requisitos.

Somado a tudo isso, o professor ainda comete a falha de reconhecer somente a testes escritos como metodologia própria para identificar os saberes de seus alunos, o que compromete o diagnóstico.

De toda forma, se, com a avaliação, o que se pretende é estimular a capacidade de pesquisa, parece adequado que os estudantes possam aplicar (transferir) os conhecimentos que aprenderam para situações reais e de simulação, e não responder apenas a enunciados verbais, visuais ou numéricos de caráter reprodutivo. Mais do que medir, avaliar implica entender interpretar e avaliar.

(HERNANDÉZ, 1998, p. 96)

4. SEÇÃO III – METODOLOGIAS PARA UMA AVALIAÇÃO EFICAZ

Rodrigues (1995, p. 90) argumenta que a “a avaliação deve ser repensada em função da totalidade do processo educativo e como instrumento desse processo, e não como instrumento de medição quantitativa de informações repassadas aos educandos”. Assim sendo, as metodologias avaliativas são imensamente importantes na determinação do sucesso e/ou fracasso do processo de ensino-aprendizagem.

O ato avaliativo precisa ser bem planejado e executado de forma que o seu resultado seja uma base concreta de análise de dados e verificação do rendimento

escolar do aluno, identificando os avanços e propondo medidas que evitem retrocessos além de sanar as deficiências ainda existentes.

Para que isso aconteça, os professores precisam lançar mão de metodologias diversificadas, capazes de apurar diferentes resultados em um contingente de alunos bem heterogêneo. Sabemos que ainda hoje, a metodologia mais utilizada para a avaliação de alunos nas escolas é a prova escrita que mescla questões dissertativas e objetivas, visando que o aluno demonstre por meio destes testes o quanto conseguiu assimilar dos conteúdos estudados. É necessário romper esse mecanismo antigo de avaliação e implantar em nossas escolas uma metodologia mais libertadora, capaz de avaliar o aluno não somente através de testes padronizados, mas por meio de observações, análises, proposições de resolução em situações problemas, entre outras.

O primeiro passo para que se busque a diversificação na metodologia de avaliação consiste na auto avaliação do próprio professor. Ele precisa antes de mais nada se conhecer, e saber que dos seus limites enquanto educador, pois várias variáveis estão presentes no trabalho de um docente, como quantidade de aulas e turnos de trabalho, diferentes conteúdos e disciplinas trabalhadas num mesmo ano, carga efetiva de trabalho burocrático a ser cumprido dentro da escola, entre outros. Essa etapa faz parte do planejamento do docente para sua própria ação. Por isso, é preciso que ele escolha metodologias que condizem com a sua capacidade de atendimento. Um professor de Língua Portuguesa por exemplo, que trabalha em duas escolas, com um número aproximado de 400 alunos não poderá de forma alguma, usar insistentemente a produção textual como forma avaliativa, pois ele não conseguiria dar o feedback aos alunos, o que tornaria a avaliação um processo nulo.

A diversificação de métodos e recursos é indispensável para o processo avaliativo. Por isso o professor pode lançar mão de diferentes formas de avaliação, como descritos a seguir:

- *Auto-avaliação do aluno:* É preciso que o discente julgue suas próprias ações e se torne diretamente responsável pelos resultados que ele tenha obtido. Quando nos inserimos como protagonistas do nosso desenvolvimento somos capazes de traçar metas próprias para que consigamos avançar. As avaliações dos meus

resultados não podem ser medidas somente pelo outro, eu devo fazer parte e me assumir como o responsável pelas minhas conquistas e derrotas.

- *Registros (portfólios/cadernos):* O processo educacional é acompanhado de muitas observações e registros não somente por parte dos educadores, mas também dos alunos. As formas de organização, os registros elaborados e arquivados, os cadernos de anotações conferem ao professor uma rica fonte de análise do envolvimento e empenho de seus alunos, por isso, o professor deve estimular a prática do registro também entre os discentes, dando-lhes autonomia para se organizarem da forma que para eles seja satisfatório registrar todas as suas atividades.

- *Capacidade de interpretação e interface com a realidade:* Ao aluno não basta conhecer fenômenos, regras, fórmulas e teorias é necessário a que ele possa interpretar cada coisa em seu devido lugar e perceber a importância que isto tem para sua vida e para a sociedade em geral. Ao professor cabe fazer o elo de ligação entre todos os conteúdos e a vivência prática dos alunos.

- *Capacidade de formular hipóteses e sugerir novas alternativas:* Espera-se que com a educação o aluno possa ser capaz de agir no meio em que vive para buscar melhorias para sua vida e da sua comunidade. Neste sentido, o professor deve estar atento à capacidade que os alunos têm em utilizar os conhecimentos adquiridos na vida cotidiana, buscando soluções para seus problemas diários, levantando hipóteses sobre fenômenos ocorridos e sugerindo novas alternativas para a população, que visam à melhoria da qualidade de vida. Talvez aqui se encontre a grande função da educação atualmente. Utilizar o conhecimento disponível na busca de maior crescimento social, econômico e político para todos os povos.

- *Capacidade de produzir seu próprio conhecimento:* Existe atualmente uma gama infinita de conhecimento produzido pelo homem nos últimos séculos, no entanto, ainda há para ser desvendado. Ao aluno espera-se que com os conhecimentos adquiridos ele possa ser capaz de criar novos conhecimentos afim de colaborar com a humanidade. O professor deve estar atento a estas observações e buscar avaliar a capacidade que os alunos tem em produzir o conhecimento de acordo com sua necessidade.

- *Resolver situações problemas:* O conhecimento deve se prestar à função de resolver os problemas da humanidade e cabe ao educando usar de todas as fontes

disponíveis para que a aprendizagem o ajude a resolver as situações de problemas que surgem no dia-a-dia.

Todas essas formas e metodologias de avaliação devem permear a prática educativa e não se espera que o professor abra mão completamente das tradicionais avaliações escritas com questões objetivas e dissertativas, mas que estas novas práticas sejam também incorporadas ao trabalho docente. Essas metodologias não são de forma alguma excludentes e não impossibilitam em nada que o professor mescle mais de um objetivo e forma de avaliar, basta que para isso ele tenha sempre em mente o objetivo maior do seu trabalho que é ensinar seus alunos e garantir mecanismos de avaliação que permita a retomada quando o trabalho não atinge o resultado satisfatório.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as ações humanas estão permeadas de avaliação, pois é por meio destes processos que somos capazes de refletir sobre nossas práticas buscando a melhoria e o aperfeiçoamento em todos os setores das nossas vidas. O ser humano é o único animal capaz de avaliar suas próprias práticas. Neste sentido, a avaliação educacional tem importante papel nas atividades diárias que acontecem no seio das instituições de ensino, como meio de garantir o desenvolvimento da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo pela construção de uma escola pública de qualidade, acessível a todos e com condições de permanência.

A avaliação da aprendizagem pesquisada e refletida no decorrer deste trabalho revelou-se como um dos fatores mais importantes para garantir que a escola seja de fato democrática. A ação avaliativa do professor precisa estar em consonância com os objetivos propostos no PPP da escola e nos dispositivos legais. A diversificação de materiais, metodologias e recursos permite ao professor realizar uma avaliação concreta que transmita o real aprendizado que foi assimilado por seus alunos. É necessário, para isso, que o professor supere o tradicionalismo do uso apenas das avaliações objetivas e dissertativas, modelo antigo adaptado e trazido do século XVIII e que neste momento histórico em que vivemos, precisa ser adaptado, incorporando novas metodologias e condições de avaliação.

6. REFERÊNCIAS

- ALVES, Alda Judith Mazzotti; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método das ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004.
- BALLESTER, Margarita, et al. **Avaliação como apoio a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- ESTEBAN, Maria Tereza. **O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e o fracasso escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FRANCO, Creso, et al. **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FURLAN, Maria Inês Carlin. **Avaliação da aprendizagem escolar: convergências e divergências**. São Paulo: Annablume, 2007.
- HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: ArtMed, 1998,.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Projetos, relatórios e textos na educação básica: como fazer.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas.** 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?: critérios e instrumentos.** 8 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora.** In: SILVA, Janssen Felipe da.; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Tereza (Org.). *Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo.* 3 Ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliar... O quê? Quem? Como? Quando?** In: *Revista TV Escola,* Brasília, MEC, outubro/novembro, 2002.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudanças.** São Paulo: Libertad - Centro de Formações e Assessoria Pedagogia, 1998.

7. ANEXOS



ESCOLA ESTADUAL JOÃO DE BARRO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONSTRUINDO SONHOS

FLÁVIA LUIZA PEREIRA MOURA

JÚLIO CESAR DE SOUZA

LILIANE DE SOUZA E SILVA

MARIA APARECIDA BOAVENTURA DE DEUS

WALISSON BRÁULIO DE SOUZA

IPÊ FLORIDO, 2014

ESCOLA ESTADUAL JOÃO DE BARRO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: CONSTRUINDO SONHOS

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

IPÊ FLORIDO, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. FINALIDADES DA ESCOLA	07
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	13
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	14
3. CURRÍCULO	16
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	18
5. PROCESSOS DE DECISÃO	22
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	23
7. AVALIAÇÃO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	41

INTRODUÇÃO

A Escola Estadual Ipê Florido, está localizada na Praça do Rosário, número 140, no Centro do município de Ipê Florido no estado de Minas Gerais. A escola foi fundada em maio de 1982 para atender os alunos concluintes do Ensino Fundamental que até então não tinham oportunidades de continuarem seus estudos dentro da cidade, devendo emigrar para outras localidades afim de cursar o antigo colegial. A escola nasceu da luta incessante de professores do município, preocupados com a falta de oportunidades para os jovens da pequena cidade, obrigados a sair muito cedo da casa de seus pais para complementar sua formação, ou a interromper o sonho de se formar no segundo grau. Em 1982 as primeiras turmas iniciaram o curso de magistério.

O magistério funcionou na escola até o ano de 1998, quando formou-se a última turma, desde então o ensino médio regular, chamado na época como científico, passou a funcionar na escola. Até o ano de 2004 a escola funcionou apenas com turmas do Ensino Médio, mas neste ano a prefeitura entregou para a rede estadual o Ensino Fundamental, desta forma a Escola Estadual João de Barro passou a atender alunos de todos os anos da escolaridade básica.

Atualmente a escola atende alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade regular e na Educação de Jovens e Adultos e pertence à rede estadual de ensino do estado de Minas Gerais. Sua clientela é formada principalmente por alunos vindos de famílias pobres, que trabalham na colheita do café, alho e cebola. Devido ao fato dos pais trabalharem na zona rural, geralmente muito longe de suas casas, as crianças e os adolescentes têm a oportunidade de estudar em período integral através do Projeto Educação em Tempo Integral que funciona na escola desde 2008.

O município de Ipê Florido possui aproximadamente 3.500 pessoas nas épocas do ano em que não há produção do café. Durante os meses de colheita a cidade aumenta significativamente sua população devido à imigração de famílias oriundas do norte do estado e do nordeste do país que buscam na região melhores condições de vida para suas famílias. Neste período as matrículas na escola crescem vertiginosamente.

A escola está localizada em uma região privilegiada da cidade. A comunidade do entorno é formada por antigos moradores e pela Igreja Católica do município. Possui uma enorme área com aproximadamente 11.000 m². A estrutura física está dividida em três blocos retangulares, paralelos um ao outro e um quarto bloco, recentemente construído localizado na diagonal dos outros três. Não possui quadra de esportes, nem área de lazer. O pátio frontal é amplo, mas não adaptado para realização de atividades de recreação, pois há várias pilastras que oferecem riscos aos alunos. O refeitório é pequeno e somente a metade é coberto. Há 7 salas de aula, 1 sala de vídeo, 1 sala de professores, 1 diretoria, 1 secretaria, 1 sala para especialistas, 1 almoxarifado e 1 laboratório de informática que não está funcionando porque as máquinas antigas foram alienadas e até o momento não foram repostas. A biblioteca escolar recebe o nome de Monteiro Lobato. É bem espaçosa, aconchegante, iluminada e possui aproximadamente 6000 obras para consulta e leitura. Embora seja um ótimo espaço para leitura, a biblioteca está localizada no último bloco e não é acessível aos alunos com deficiência física, pois não há rampas de acesso.

A equipe pedagógica da escola é formada por 28 professores, sendo 25 destes profissionais habilitadas em suas respectivas áreas de atuação. Os outros 3 profissionais estão cursando faculdade nas suas respectivas disciplinas. Há duas especialistas em educação e duas professoras para o ensino do uso da biblioteca escolar. Não há professor eventual para substituição de doentes em caso de falta, devendo essa atividade ser assumida pelos especialistas, quando necessário.

A equipe administrativa da escola é composta pelo diretor e sua vice-diretora, uma secretária e duas auxiliares de serviços administrativos. Há sete servidores para a realização de atividades de limpeza e preparo da merenda escolar para os alunos.

A Escola Estadual João de Barro funciona em três turnos e possui um clima muito harmonioso. O fato de estar localizada em uma cidade pequena, onde as pessoas se conhecem e se respeitam facilita muito para o estabelecimento de um clima amistoso, agradável e que favoreça o aprendizado.

Neste sentido, a escola constrói juntamente com sua comunidade um Projeto Político Pedagógico (PPP) que busca dinamizar suas ações para ofertar um ensino público de qualidade, que possibilite os jovens do município a oportunidade de serem bem sucedidos na continuação dos seus estudos nos grandes centros

urbanos, e àqueles que permanecerem na cidade sem dar prosseguimento aos seus estudos, possam ser cidadãos conscientes, críticos e capazes de agir no meio onde vivem para melhorar suas condições de vida.

Para Oliveira (2014) o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. Em consonância a isso a escola não só convida toda comunidade para participar da elaboração do PPP, mas também promove mecanismos de debate oferecendo oportunidades de expressão das mais diversas opiniões, para que ao final do ciclo de conversas, em seminário aberto possam ser apresentadas todas as argumentações surgidas para que, no consenso do grupo, as decisões possam ser tomadas e as ações planejadas. Desta forma, o grupo em consenso nas suas decisões, incorpora as atividades propostas e assume o compromisso de todos se responsabilizarem pelo cumprimento irrestrito do projeto, pondo em prática a vivência da gestão democrática na escola pública.

Logo precisamos, mesmo que do ponto de vista apenas metodológico, apresentar a ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005. p. 1)

Ciente da importância da participação coletiva para a construção de uma escola pública de qualidade para todos, a Escola Estadual João de Barro alicerça suas práticas no seu PPP. Para Azevedo (2014) é inegável a importância do projeto pedagógico, particularmente quando se assume o seu significado como projeto político-pedagógico o que ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A Educação da Escola Estadual João de Barro tem por propósito primordial assegurar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento integral de suas potencialidades, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente de cidadania, bem fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9394/96 – que descreve em seu artigo 22 que a educação tem por finalidade: “Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. A instituição busca favorecer participação responsável nas decisões de que envolvem a melhoria da qualidade de vida no meio natural, social e cultural.

O ensino da Escola Estadual João de Barro se fundamenta legalmente na LDB 9394/96, que em seu art. 3º acentua que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extraescolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
(BRASIL, 1996, p. 1)

Diante disso, a instituição busca criar estratégias para favorecer a construção de uma sociedade mais justa, integrando educação e cultura, escola e comunidade, ressaltando a democratização das relações de gestão na escola, reconsiderando questões agravantes como evasão, indisciplina, entre outras em busca de uma educação de qualidade.

O artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases traz na sua redação os objetivos para a formação, compreendendo os anos iniciais e finais do ensino Fundamental, mediante:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL, 1996, p. 14)

E ainda na lei de Diretrizes e Bases em seu artigo 35 cita os princípios e finalidades do Ensino Médio, sendo:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

- I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, p. 15)

Para as turmas da Educação de Jovens e Adultos a escola busca novamente orientação na LDB 9394/96 para atribuir as seguintes finalidades:

Art. 37º. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996, p. 17)

Dimensão Sócio – Antropológica

Para Dourado:

[...] o ato educativo escolar se dá em um contexto de posições e disposições no espaço social (em conformidade com o acúmulo de capital econômico, social e cultural dos sujeitos-usuários da escola), de heterogeneidade e pluralidade sócio-cultural, de problemas sociais refletidos na escola, tais como: fracasso escolar, desvalorização social dos segmentos menos favorecidos, incluindo a auto-estima dos alunos etc. (DOURADO, 2013, p. 13)

A Escola Estadual João de Barro assume seu caráter de proporcionar um ambiente educativo que viabilize ao educando o desenvolvimento do senso crítico, sendo capaz de exercitar sua cidadania, agindo como ser construtivo do processo social. Para isso, é necessário que a construção do conhecimento principie da vivência dos alunos, valorizando a cultura local, pois traz consigo a transmissão de ideias e valores. Cada ser humano vive uma cultura herdada, sendo a escola responsável em respeitar e trabalhar a diferenciação cultural dos seus envolvidos, e conseqüentemente o processo de aprendizagem deve englobar essa identidade cultural.

Dimensão Pedagógica

Segundo Dourado:

[...] o processo de garantia de autonomia pedagógica tem possibilitado a algumas escolas vivenciarem uma maior liberdade na elaboração e execução do seu projeto pedagógico, embora nem sempre possam contar com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, situação motivada por dificuldades de mobilização, inexperiência, centralismo ou burocratização do sistema educacional ou mesmo por uma concepção mais tecnicista ou autoritária dos gestores. (DOURADO, 2010, p. 23)

A partir da análise das legislações que fundamentam a educação, esta Instituição apresenta um trabalho pedagógico direcionando ao interesse e necessidade dos envolvidos no processo de construção do conhecimento, tornando-o significativo e prazeroso na medida em que se envolve com o objeto de construção em seu meio social, indicando que o professor é o mediador entre o aluno e o objeto de conhecimento.

Ainda de acordo com Dourado:

A escola de boa qualidade é valorada, muitas vezes, pelo fato dos alunos gostarem da escola, dos colegas e dos professores e de se empenharem no processo de aprendizagem. Nessas escolas, parece interferir na escolha dos alunos o modo como aprendem, o que significa que as aulas e as atividades educativas dentro e fora da escola são atraentes e envolventes, muitas vezes porque os professores utilizam-se de estratégias e recursos pedagógicos adequados aos conteúdos e às características dos alunos. São escolas onde os alunos reconhecem e valorizam o trabalho dos professores e dos demais trabalhadores da educação e, também, por essa razão, se envolvem mais no processo de aprendizagem. (DOURADO, 2010, p. 27)

A Escola Estadual João de Barro assume uma prática pedagógica voltada à realidade de seus alunos, buscando caminhar juntas escola e comunidade, no

desejo de um bom relacionamento humano, de modo que torne o ambiente escolar mais atrativo, propiciando uma educação de qualidade, objetivando o sucesso de seus alunos na vida e na escola, formando cidadãos críticos e conscientes de sua missão.

Dimensão Filosófica

Para Ahlert:

Hoje, o grande desafio da educação, mais do que em qualquer outra época, é o diálogo e o desenvolvimento da capacidade argumentativa. A escola tem como maior desafio o ensinar a pensar, porque o mundo somente vai mudar se os nossos pensamentos mudarem. E para isso, precisamos, mais e mais, da dialética e da sinergia. A dialética é o modo de pensarmos a realidade, o modo de compreendermos a realidade como socialmente contraditória e em permanente transformação. A dialética considera as coisas e os conceitos no seu encadeamento, nas suas relações recíprocas, no seu aparecimento, desenvolvimento e decadência. A sinergia é o ato ou esforço coordenado de vários órgãos na realização de uma função. É a associação simultânea de vários fatores que contribuem para uma ação coordenada. (AHLERT, 2003, p. 2)

A educação da Escola Estadual João de Barro executa ações que mobilizam a construção do conhecimento através do diálogo professor/aluno, realidade/aprendizagem, possibilitando maior compreensão e análise dos conceitos a serem adquiridos.

Ainda Ahlert ressalta que :

[...] o processo de ensino e aprendizagem sobre a filosofia dialética e a sinergia, que permitem olhar para a realidade, para a vida real – para os fenômenos – e fazer uma análise que ultrapasse a mera constatação e possibilita pensar nas mudanças e transformações dessa realidade, olhando os fenômenos de todos os lados possíveis em cada momento. (AHLERT, 2003,3)

Essa instituição volta-se para a reflexão sobre a ação transformadora de cada indivíduo de modo a mobilizar essas transformações para o bem comum.

Dimensão Política

Kerbej nos escreve que :

Pensar a educação como ato de conhecimento e não vê-la como um ato político é não compreender os interesses que movem a sociedade e o seu potencial transformador da sociedade. A dimensão política pode ser constatada na simples escolha dos procedimentos didáticos e da maneira como são trabalhados os conteúdos em sala de aula. (KERBEJ, 2012, p. 28)

A Escola Estadual João de Barro aposta no conceito Professor Transformador, onde trabalha no sentido de conscientizar-se que, aluno e professor são agentes ativos do conhecimento, pois são eles que o produzem, integrando e participando verdadeiramente da sociedade de forma eficaz.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O presente texto visa analisar a estrutura organizacional da E. E. João de Barro, situada no município de Ipê Florido no Estado de Minas Gerais. A Escola oferece Ensino Fundamental (séries iniciais e finais), Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Projeto Estratégico Escola em Tempo Integral (PROETI). E para identificar as estruturas organizacionais administrativas e pedagógicas que permeiam a administração da Escola, faz-se necessário evidenciar o caráter democrático e participativo que a equipe gestora articula em seu contexto escolar. Conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases 93/94 em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL,1996)

Partindo deste princípio as interações administrativas e pedagógicas são coletivamente ponderadas e decididas. Desta forma, a gestão da Escola articula toda a parte estrutural administrativa e a organização pedagógica, considerando as peculiaridades e necessidades da Escola em sentido amplo, desde os de recursos humanos, físicos, financeiros, a estrutura física do prédio, equipamentos e mobiliários até a organização e planejamento didático- pedagógico. “A organização e a gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados” LIBÂNEO et. al. (2003, p. 293). Assim, a E. E. João de Barro admite ser imprescindível o reconhecimento quanto à relevância das Estruturas Organizacionais Administrativas e Pedagógicas.

Originária da área da administração de empresas, a mencionada cultura organizacional vem ganhando espaço entre os teóricos que priorizam um modelo de gestão mais participativo, personalizado, integrado e humanizado e que leva em conta os valores, as necessidades, as especificidades e o cotidiano de uma instituição de ensino. Além disso, a abordagem cultural se adapta, perfeitamente à escola pela natureza sociocultural que a caracteriza e a distingue. (CRUZ, 2005, p. 67).

Desta forma, ao fazer uma análise em âmbito da estrutura organizacional administrativa da E. E. João de Barro nota-se algumas atribuições dos setores e recursos que a compõem. O Colegiado Escolar, órgão consultivo, deliberativo e fiscal, envolve-se em questões pedagógicas, administrativas e financeiras. É composto por segmentos de: professores, especialistas em educação, auxiliares de secretaria, auxiliares de serviços gerais, alunos maiores de quatorze anos e pais de alunos menores de quatorze anos.

2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A equipe gestora é composta por um diretor e duas vices diretoras. O diretor juntamente com sua equipe coordenadora, organiza e gerencia todas as atividades da Escola. A equipe da secretaria da Escola é formada por: uma secretária, um ATB financeiro e duas auxiliares de secretaria que prestam atendimento ao público, expedem, arquivam e controlam documentos inerentes aos alunos, à prestação de contas e à vida funcional de todos os servidores. Para limpeza do prédio e confecção de merenda a Escola possui sete auxiliares de serviços gerais.

Estes quantitativos de recursos humanos nas áreas citadas foram estipulados pela Secretaria de Educação, no entanto, diante da dimensão das atribuições e responsabilidades que devem ser assumidas pela instituição, tal quantitativo faz-se insuficiente para atender a contento as necessidades da Escola. Com relação a parte física e a arquitetura do prédio escolar percebe-se a necessidade de adaptações para atender alunos com necessidades especiais, reforma geral e pintura de todo o prédio, construção de quadra esportiva, pois, por não possuir quadra de esporte coberta a Escola não consegue oferecer aos alunos uma prática esportiva que atenda de forma efetiva a formação de seus educandos.

Entender o espaço físico como representação social, ou seja, como construção social produzida pelos diversos atores sociais torna-se fundamental para se compreender o papel da escola como estrutura que

“organiza, separa e hierarquiza o espaço, a fim de diferenciar trabalhos, definindo idealmente, assim, as relações sociais” (DAYRELL, 1996, p. 137).

Conforme salienta DAYRELL(1996), há uma estreita ligação entre espaço físico, arquitetura e os indivíduos que os utilizam. Neste sentido as salas de aula, refeitório, pátio, quadra, enfim todos os ambientes deste contexto escolar agregam valores e funções específicas ao processo educacional. Os mobiliários e equipamentos também fazem parte da estrutura organizacional administrativa, e estes devem atender a demanda da escola. Porém, na E. E. João de Barro há um quantitativo de carteiras em estado precário e estão sendo usadas pelos alunos. Pois, apesar do diretor ter solicitado recursos para aquisição de novas carteiras, ainda não foi atendido. Os recursos financeiros recebidos pela escola é outro aspecto relevante a ser considerado. A Constituição Federal prevê que:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (BRASIL, 1988, p. 122)

Neste aspecto, a descentralização de recursos para a E. E. João de Barro é procedente do Governo Federal e da Secretaria Estadual de Educação. As decisões inerentes às aquisições são tomadas coletivamente, bem como, a clareza na apresentação das prestações de contas, respeitando assim, o conceito democrático que faz parte das concepções e do cotidiano da Escola. Além dos princípios democráticos que norteiam ações e decisões na organização administrativa, há de se mencionar a relevância que se deve conferir também à organização pedagógica. Pois, esta escola entende que a educação age de forma mediadora entre o conhecimento de vivência humana e o conhecimento científico. E ambos possibilitam a formação do aluno seu sentido mais amplo de atuação, tornando-os seres pensantes, críticos e participativos na sociedade em que convivem, assim, para que estes exerçam de modo consciente a cidadania. Conforme afirma CURY (2010): “A Escola lida com um horizonte que é a prioridade do aprendizado do aluno

estabelecida como direito social, direito de cidadania e direito do indivíduo. O aluno, sujeito de um aprendizado é o pólo e a finalidade da escola” (2010, p. 17).

2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A estrutura organizacional pedagógica da E. E. João de Barro é composta por: equipe de especialista da educação com duas servidoras, que atendem cinco turmas do ensino fundamental dos anos iniciais, três turmas do PROETI, seis turmas do ensino fundamental dos anos finais e duas turmas de EJA totalizando trezentos e cinquenta e cinco alunos. No ensino médio as especialistas atendem quatro turmas do ensino regular, com total de cento e vinte e um alunos. Ainda no ensino médio, na modalidade EJA atendem duas turmas totalizando trinta e sete alunos. Neste contexto, a Escola é composta pelo total de vinte e duas turmas e tem seu funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno.

* Ver Anexo I – Quadro de turmas e alunos por turno

O corpo docente da instituição é constituído de: onze professores que atuam no ensino fundamental dos anos iniciais e no PROETI, duas professoras para uso da biblioteca, duas professoras em ajustamento funcional, treze professores atuam no ensino fundamental dos anos finais e quinze professores compõem o quadro do ensino médio e da EJA. Portanto a equipe de docentes é composta de quarenta e três professores que colaboram e participam da concretização da missão educativa da Escola: promover a formação de indivíduos conscientes, participativos socialmente, críticos, transformadores de novas realidades, equilibrados, comprometidos com a justiça a fim de se construir um mundo mais justo e igualitário. Os princípios que servem de modelo para o trabalho desenvolvido na Escola estão de acordo com os princípios democráticos, conforme consta na Constituição Federal Artigo 206, bem como, os princípios da educação previstos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) dos Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Conselho Estadual de Educação (CEE), assim a Escola institui seus princípios:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988, p. 121)

Para tanto, a E. E. João de Barro incorpora às questões do ensino-aprendizagem aos preceitos Legais, por meio de ações pautadas na prática democrática, no estudo e análise de sua realidade para a elaboração de suas propostas didático-pedagógicas, seus projetos, o cumprimento das metas pactuadas e a elaboração dos Documentos que são importantes para a Escola na orientação, articulação e monitoramento de suas estratégias e ações que vinculam o contexto Escolar. Tais documentos foram elaborados a partir da análise e da colaboração dos diversos segmentos da escola.

Além destes segmentos, a equipe gestora conta com a colaboração do Colegiado Escolar, da Comissão de Licitação, bem como do Conselho Fiscal que atuam como órgãos consultivos e deliberativos dentro da Escola. Torna-se importante ressaltar o caráter democrático na composição de tais órgãos, uma vez que os segmentos escolares escolheram através do voto seus representantes, para que estes pudessem representá-los democraticamente. Com foco neste aparato democrático e participativo a escola alcança bons resultados administrativos e pedagógicos tendo em vista as interações existentes entre a estrutura organizacional administrativa e pedagógica.

Conforme ressalta Libâneo (2003), à essas estruturas há de se ministrar considerável destaque. “O termo estrutura tem aqui o sentido de ordenamento e de disposição de setores e funções que asseguram o funcionamento de um todo – no caso, a escola” LIBÂNEO et. al. (2003, p. 339). Outro aspecto significativo vivenciado pela E. E. João de Barro foi a elaboração coletiva e participativa do Projeto Político Pedagógico (PPP), que propiciou momentos de estudos e análises a cerca das especificidades e necessidades da Escola, tal fato contribuiu para engajar a equipe gestora, dos profissionais da escola e de toda comunidade escolar em prol da oferta de um ensino de qualidade.

Portanto, deve-se considerar que esta escola valoriza e coloca em prática em seu contexto, as duas formas de estruturas organizacionais: administrativa e pedagógica. E ambas são direcionadas de maneira democrática, participativa e colaborativa. Assim, a equipe gestora sente-se maior segurança nas tomadas de decisões, além de preconizar e aprimorar a democracia e a união de esforços. Visando a melhoria do ensino aprendizagem, a excelência na prestação de serviços e o cumprimento de sua missão enquanto instituição formadora de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. Além de oportunizar a formação integral por meio de uma educação de qualidade conforme prevê a lei, como direito de todos e dever do Estado.

3. CURRÍCULO

Nesta Instituição a concepção de currículo se dá a partir de uma visão crítica e analítica, pois, o mesmo tem um significado expressivo. Toda equipe empenha na melhor organização da questão curricular, uma vez que ele define o que ensinar, aliando-o também, ao contexto cultural que a escola está inserida. Mas o que seria o currículo? Veiga (2002) afirma que:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Na prática, a instituição se defronta, mas ao mesmo tempo se adapta (observando as peculiaridades da clientela que atende), com a ideologia homogênea que o Estado apresenta a todas as escolas, uma vez que, no seu interior se convive com a heterogeneidade. Considera extremamente importante que a mesma tenha autonomia para construir seu currículo, tendo embasamento nas especificidades da comunidade. Alice Cassimiro Lopes afirma que “tal concepção se confronta com a ideia de política de currículo como um pacote ‘lançado de cima para baixo’ nas escolas, determinados pelos governos, cabendo às escolas apenas implementar ou resistir a esse pacote” (2006, p. 38). Sendo assim, o conceito de currículo vai além do que diz respeito a apenas uma relação de conteúdos, Hornburg e Silva (2007) apresentam que envolvem também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1).

A referida Escola inclui no seu Projeto Político Pedagógico, através dos representantes dos seguimentos escolares a reflexão sobre o conteúdo curricular, principalmente, no que diz respeito aos fatores externos que influenciam a seleção e organização dos conteúdos curriculares. Pois, a mesma tem a convicção que o currículo tem que ter uma identidade própria, respeitando a cultura em que está inserida, amenizando com este procedimento o fracasso escolar, pois, partindo da realidade do aluno, integrando os conteúdos no contexto social é mais viável um real ensino-aprendizagem. Assim, exigindo análise constante dos grandes desafios na prática social e domínio da área específica. Veiga (2002) assim explicita o currículo:

O currículo é uma parte importante da organização escolar e faz parte do projeto-político-pedagógico de cada escola. Por isso ele deve ser pensado e refletido pelos sujeitos em interação “que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente”. (VEIGA, 2002, p.7).

Certifica-se, portanto, que o currículo é todo conjunto de conteúdo de atividades escolares, organizados de forma a promover o desenvolvimento integral do aluno de modo que ele seja capaz de aplicar seus conhecimentos às situações da vida cotidiana, preparando-se para o trabalho futuro e o exercício da cidadania. Este refletirá a concepção de homem, de sociedade e de mundo que se quer formar, a postura dos educadores, a forma de organização do trabalho na escola, a organização dos conteúdos e a metodologia que norteará os caminhos e as abordagens da prática pedagógica no que diz respeito à lógica de estruturação e a abordagem dos conteúdos/conhecimentos. A instituição busca o caráter flexível da seleção e organização destes conteúdos, atendendo aos princípios pressupostos metodológicos apontando para um currículo que priorize um acervo de conhecimentos e instrumentos necessários também, para o prosseguimento dos estudos.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Estadual João de Barro atende alunos em todos os níveis da escolaridade básica. As turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental funcionam no turno vespertino entre as 12h30min e 16h45min com intervalo diário de 15 minutos para recreio. Os anos finais do Ensino Fundamental funcionam no turno matutino entre as 7h e 11h20min. São ministradas cinco aulas diárias de cinquenta minutos cada uma. No turno matutino funcionam ainda duas turmas de Ensino Médio. O segundo ano do ensino médio funciona no mesmo horário das turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, enquanto que a turma do primeiro ano funciona das 7h às 12h10min, pois possuem carga horária diferenciada com uma aula a mais por dia, totalizando cinco módulos/aula a mais por semana. No turno da noite funcionam duas turmas do Ensino Médio Regular e quatro turmas da Educação de Jovens e Adultos, sendo duas turmas de Ensino Fundamental e duas turmas de Ensino Médio.

A escola oferece o Projeto Educação em Tempo Integral promovido pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais que visa atender em período integral alunos do Ensino Fundamental com baixo desempenho na aprendizagem e que estão em situação de risco social. No entanto, a escola busca desenvolver atividades com estes alunos que visam propiciar além do crescimento cognitivo seu fortalecimento pessoal como cidadão crítico e consciente do meio em que vive.

Portanto, a ampliação do tempo de escola somente se justifica na perspectiva de propiciar mudanças no caráter da experiência escolar, ou melhor, na perspectiva de aprofundar e dar maior consequência a determinados traços da vida escolar. Toda e qualquer escola sempre atua, ou pretende atuar, para além da instrução escolar. Um grau de responsabilidade socializadora, principalmente para as crianças pequenas, é inerente à vida escolar. Na tradição brasileira, esse papel sempre foi coadjuvante à ação familiar. (CAVALIERE, 2007, p. 1021-1022)

A escola adota o regime de ciclos para organização das turmas do Ensino Fundamental e o regime de seriação para as turmas do Ensino Médio. Em

atendimento ao artigo 28 da Resolução 2197/2012 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais o Ensino Fundamental está assim organizado:

Art. 28 O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4 (quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de 3 (três) anos de escolaridade, 1º, 2º e 3º ano;

II - Ciclo Complementar, com a duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º ano;

III - Ciclo Intermediário, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 6º e 7º ano;

IV - Ciclo da Consolidação, com duração de 2 (dois) anos de escolaridade, 8º e 9º ano. (MINAS GERAIS, 2012)

Diferentemente da progressão continuada, os ciclos propõem alterar os tempos e os espaços da escola de maneira mais global, procurando ter uma visão crítica das finalidades educacionais da escola. Está em jogo mais do que simplesmente liberar fluxos, ou sair-se bem em avaliações de sistema ou, ainda, tirar a avaliação formal juntando séries em planejamentos plurianuais. Eles são mais que uma modernização conservadora. (FREITAS, 2004, p. 11)

O Ensino Médio está estruturado no antigo modelo de seriação sendo dividido em três séries distintas (1º ano, 2º ano e 3º ano).

Os processos educativos praticados na escola priorizam a ampliação concreta dos espaços escolares para que os alunos possam experimentar diferentes lugares onde o conhecimento se processa. As aulas de Educação Física são realizadas no Centro Poliesportivo Municipal, pois a escola não possui quadra de esportes. Os professores também usam as ruas e os espaços comunitários de atividades físicas para realizar atividades de caminhada, corrida e exercícios aeróbicos.

As turmas são estimuladas a participar de excursões por diferentes cidades para visualização in loco dos conteúdos trabalhos na sala de aula. Além disso, os professores usam os diferentes espaços da escola como pátio, horta, biblioteca e sala de vídeo para oferecer ao aluno a possibilidade de desenvolvimento cognitivo das aprendizagens em diferentes espaços da escola com metodologias diversificadas e atrativas.

A organização do tempo para os estudantes atende aos preceitos legais e determinação da legislação nacional cumprindo a carga horária mínima para todas as turmas. Para o corpo docente a carga horária de trabalho semanal é definida pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais que regulamenta e possibilita a ampliação da carga horária para os professores em casos específicos.

O planejamento das atividades pedagógicas é realizado em reuniões de módulo que acontecem toda semana com carga horária de duas horas. Nestes encontros os professores discutem sob a coordenação da administração pedagógica da escola, formada pelo diretor e pelas duas especialistas, os temas relevantes da escola e planejam atividades a serem desenvolvidas, principalmente àquelas de cunho interdisciplinar. Os encontros são ainda formativos, pois temas importantes da educação são estudados e debatidos à luz de textos científicos de autores especializados nos assuntos. Além das reuniões semanais cada professor ainda cumpre dentro da escola uma carga horária extra, que varia de acordo com o seu número de aulas, para planejamento específico das suas aulas e atualização de diários de classe.

A comunidade reúne-se ordinariamente uma vez por bimestre com a equipe pedagógica da escola, para discussão dos resultados da aprendizagem dos alunos. Pais e responsáveis pelos alunos são convidados à conhecer os projetos desenvolvidos, as atividades realizados e a avaliação obtida durante o processo. Nestes encontros os professores promovem atendimento individual com os pais dos alunos registrando os avanços e/ou retrocessos obtidos por seus filhos durante o percurso escolar. É um importante momento para ouvir e discutir as sugestões e os anseios da comunidade em relação à escola. A escola ainda promove encontros esporádicos com pais de alunos das turmas que necessitam de uma maior atenção, quer seja pelo desempenho nas atividades escolares ou pela indisciplina em sala de aula.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Esta escola possui característica administrativa frente às suas decisões que retratam ação coletiva, de espírito de equipe, apesar de ser um grande desafio, mas vai sendo superado. As diretrizes são definidas pelo conjunto. O gestor passa ser um membro ao lado dos outros elementos do grupo. Para Veiga, o Projeto Político Pedagógico deve caracterizar em:

Uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão. (VEIGA, 2009, p. 3)

As situações emergidas no ambiente escolar que envolvem processo de decisão, buscam unidade e participação política nas decisões, integrando e articulando as sugestões advindas de todos os envolvidos no processo educacional.

De acordo com Shimizu (2006), o processo de decisão coletiva para definir quais ações são necessárias para manter ou corrigir uma situação identificada nessa instituição, baseiam-se nas etapas: percepção da necessidade de decisão; formulação das alternativas de ação; avaliação das alternativas; e escolha de uma ou mais alternativas para fins de execução, sendo a decisão baseadas em contextos teóricos e científicos.

A Escola Estadual João de Barro adota a ordem do desenvolvimento do processo de decisão coletiva apontado por Bombe:

- 1. Definição e diagnóstico do problema** - Nesta etapa faz-se o levantamento dos dados e fatos relativos ao problema (causas e possíveis implementações na organização).
- 2. Definição de objetivos** - Onde se identificam os que se pretendem alcançar com a tomada de decisão.
- 3. Levantamento das alternativas possíveis** - Depois de identificado o problema real, faz-se o levantamento das alternativas possíveis.
- 4. Avaliação e comparação das alternativas** - Nesta etapa verificam-se as vantagens e desvantagens de cada alternativa ou curso de ação, compara-se e faz-se a avaliação custo/benefício para se verificar as possíveis consequências de cada alternativa.
- 5. Seleção da melhor alternativa** - Nesta etapa, parte-se de princípio que a alternativa selecionada é satisfatória e não a ótima.
- 6. Implementação e monitoria da alternativa selecionada** - A implementação de alternativa escolhida implica, em primeiro lugar, planejar a implementação, onde devesse haver a alocação correta dos recursos, estabelecimento do orçamento, cronograma para o cumprimento das ações e atribuição de responsabilidades. (BOMBE, 2013, p. 7)

É importante ressaltar a grande responsabilidade das pessoas envolvidas nos processos de decisão, pois são através delas que a instituição vai moldando seus

objetivos, planos de ação em busca de um ensino de qualidade para seus alunos, tornando a aprendizagem significativa e de responsabilidade de todos.

Segundo LIBÂNEO,

[...] o diretor coordena, mobiliza, motiva, lidera, delega aos membros da equipe escolar, conforme suas atribuições específicas, as responsabilidades decorrentes das decisões, acompanha o desenvolvimento das ações, presta contas e submete à avaliação da equipe o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 335).

Quanto ao perfil do diretor, verifica-se uma gestão fortalecida pela autonomia, onde a forma de provimento desse cargo é eletiva com a participação de professores, alunos, pais e funcionários. Ressalta-se a importância da participação da comunidade escolar, embora o nível de participação ainda não seja o desejado, por isso há o uso de estratégias que promovem a ideia de partilhar a gestão, como a instituição de conselhos escolares, espaços de organização dos estudantes até a promoção de reuniões periódicas, auditórios, festas comemorativas, ações esportivas e eventos culturais.

Veiga (1998) relata que

[...] na organização escolar, que se quer democrática, em que a participação é elemento inerente à consecução dos fins, em que se buscam e se desejam práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução. (VEIGA, 1998, p.14).

A Escola Estadual João de Barro preza uma prática democrática onde os setores desempenham seu papel, tendo o gestor como líder que delega suas funções em busca do bem comum de forma estruturada. A Direção e Vice-direção se responsabilizam pelo bom funcionamento da escola, da questão administrativo, financeira e pedagógica. O Conselho Escolar apóia e sugere metas para nossa escola, sendo parceiros das ações e dificuldades. A direção, juntamente com os professores e equipe pedagógica são responsáveis pela tomada de decisão sobre os conteúdos, métodos de ensino, enfim, toda questão pedagógica, tendo como o alvo o aluno, pois ele é o ponto de partida para qualquer planejamento.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Considerando o contexto democrático que deve permear as ações dentro das escolas, faz-se necessário abordar o processo de democratização e organização da educação. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96, as escolas devem assegurar uma gestão democrática como garantia legal.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL,1996)

Assim, tendo como base esses princípios legais, a gestão da educação bem como das escolas públicas devem perceber este processo democrático como precursor de um novo tempo e espaço que concretiza um contexto histórico- cultural da sociedade. “[...] a administração escolar deve ser entendida como resultado de um longo processo de transformação histórica, que traz as marcas das condições sociais e dos interesses políticos em jogo na sociedade [...]” (LOMBARDI, 2010, p. 22). A Escola instituída como espaço participativo e democrático tem o papel de estabelecer o processo de democratização como uma questão fundamental nas relações de trabalho dentro das instituições. No entanto, devem-se pontuar as distintas relações de trabalho coexistentes dentro do ambiente escolar e o que elas refletem neste contexto. Segundo Alaíde Pereira Japacanga (2014) “as relações de trabalho na escola pública se constituem em relações de poder” (JAPACANGA, 2014). Tendo em vista a forma em que o gestor organiza o trabalho dentro da instituição, a centralização do poder advindo do diretor e como são emanadas as tomadas de decisões.

A autoridade de que esse profissional está investido para comandar um grupo de subordinados, por exemplo, pode derivar de um poder exteriora ele, ou seja; do Estado, através da Secretaria da Educação ou de outros órgãos. Sua autoridade está sendo realizada para impor a vontade de outrem. (JAPACANGA, 2014)

Tal fato é perceptível e consumado na E. E. João de Barro, uma vez que, o Estado normatiza e determina ações e direcionamentos que por sua vez, influenciam e designam as relações de trabalho dentro das instituições que compõem o contexto estadual. Assim, torna-se insuficiente a autonomia concedida ao gestor da escola

no que concerne à participação, democratização e inserção da comunidade escolar, bem como, dos servidores que compõem o quadro da escola. Isto faz com que as relações de trabalho no âmbito escolar sejam abaladas, gerando insatisfação, contestando os pressupostos e os embasamentos Legais que designam a gestão participativa e democrática.

Neste aspecto o diretor torna-se um mero receptor de informações que devem ser seguidas e cumpridas pela comunidade escolar. Desta forma, a visão democrática e participativa característica do diretor desta instituição, perde seu espaço em detrimento às determinações oriundas da Secretaria de Educação. No entanto, é fundamental destacar que uma relativa autonomia é concedida ao diretor, que por sua vez a emprega de maneira limitada, porém, democrática. Os Conselhos Escolares são reunidos frequentemente de forma deliberativa e consultiva, retratando assim, os princípios norteadores da gestão pública participativa como determina a lei. Assim, o diretor assume papel de articulador. Conforme, salienta Lucchesi, ele deve:

Canalizar a fluência desse poder numa ação educativa parece constituir um desafio para o diretor da escola, articulador de todas as forças no interior desta instituição ...Para isso, faz-se necessário que ele esteja consciente das micro relações de poder que perpassam seu cotidiano para poder exercer seu papel de articular a organicidade da escola, sem permanecer aferrado a sua face legal... Caso contrário, pode ocorrer o que vem se tomando uma prática institucional: o diretor representa o poder de plantão. (LUCCHESI, 1997, p. 2333-4)

O reconhecimento de que a democracia se dá por meio da efetiva participação das pessoas diretamente envolvidas no contexto educacional da escola é identificado e valorizado pela equipe gestora desta instituição. O espaço físico, apesar de não ser totalmente adequado às necessidades da comunidade, está sempre à disposição de professores, alunos e demais membros da comunidade para uso e disseminação de novas práticas que possam por ventura agregarem valores e perspectivas positivas de crescimento pessoal e intelectual aos alunos. As reuniões de pais são articuladas por meio de ações coletivas, as quais pais, alunos e professores manifestam opiniões e sugestões. O Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico foram elaborados de forma coletiva buscando embasamentos democráticos. Porém, há de pontuar que alguns problemas de cunho social devem ser considerados, uma vez que, pais com menor grau de estudos sentem-se menos a vontade em manifestarem suas sugestões, no entanto a equipe gestora busca minimizar tais situações incentivando e valorizando a participação destes membros.

Portanto, é fato que a democracia qualifica as faces das relações de trabalho existentes dentro das escolas públicas. Há uma considerável relação entre esses dois termos. Para tal, torna-se importante viabilizar alguns elementos, conforme retrata a autora Alaíde Pereira Japecanga (2014):

- 1) a eliminação do autoritarismocentralizado;
- 2) a diminuição da divisão de trabalho, que reforça as diferenças e distanciamento em relação, principalmente à comunidade;
- 3) a eliminação do binômio dirigente/dirigido;
- 4) a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizandoa todos de que são atores da história que se faz no dia a dia. (JAPECANGA, 2014)

É importante pontuar que o Estado está configurado como órgão autoritário, que delimita e faz cumprir determinações e orientações dentro das Escolas, admite uma participação controlada. Diante disso, é fundamental que haja mudanças nesta “autonomia” insuficiente, para que o autoritarismo seja extinto, as diferenças e distanciamentos em relação à comunidade sejam eliminados, o “poder” exercido pelo diretor efetive a participação e a colaboração dos envolvidos nas tomadas de decisões. Neste aspecto há de ponderar-se a necessidade de se pautar dentro das Escolas um convívio solidário e participativo em que haja respeito e reciprocidade nas relações de trabalho, fato que neste contexto abordado não acontece integralmente. Para que todos os segmentos tenham resguardados o direito de opinar e de inserção em seu contexto tanto de trabalho quanto de estudo.

É perceptível um embate de forças, e deste originam conflitos e rupturas nas relações de trabalho desta instituição, tendo o diretor o papel de receptor de normas e orientações que advêm da Secretaria de Educação e que dentro de seu contexto deve fazer cumpri-las. Assim, dificultando e até impossibilitando relações saudáveis e totalmente democráticas que permeiam os anseios dos segmentos escolares. Na íntegra, o que se espera de uma instituição de ensino que tem a função de preparar e inserir os cidadãos na sociedade é que a mesma compartilhe, dissemine e agregue em suas práticas a democracia e a participação coletiva.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um tema sempre em pauta nas discussões com os envolvidos na escola e atualmente ainda mais relevante, pois, está sendo voltada primordialmente, para a preparação de exames, uma vez que, ultimamente, aliado às avaliações internas, ocorrem também, as avaliações externas. Avaliar em educação segundo Luckesi é: “julgar dados relevantes para tomar uma decisão”. (1998, p. 18). Mas, atualmente o que está acontecendo não é a aquisição de uma aprendizagem significativa, mas, a busca de resultados, uma vez que esta avaliação em larga escala, de forma padronizada envolve grande número de pessoas de diferentes realidades culturais, sociais e econômicas, dentre os quais estão: alunos, professores, direção, instituição e comunidade escolar. De acordo com Luckesi (1998): “a avaliação da aprendizagem está sendo praticada independente do processo ensino-aprendizagem, pois mais importante do que ser uma oportunidade de aprendizagem significativa, a avaliação vêm se tornando um instrumento de ameaça”. Hoffmann (1995) define qual seria a finalidade da avaliação:

A finalidade da avaliação, ao desencadear estudos, não é assim, a de simplesmente observar se os alunos apresentam ou não condições de “dar conta” das propostas delineadas, ou perceber, de início, os que apresentam mais ou menos dificuldades em determinada área. Mas a de conhecê-los cada vez melhor, tateando em busca de questões que verdadeiramente os provoquem a agir, à escuta de suas próprias questões, propondo em conjunto situações que lhes sejam verdadeiramente problemáticas a ponto de lhes despertar a atividade, a curiosidade [...] (HOFFMANN, 1995, p. 86).

Haydt (1988) considera que a avaliação da aprendizagem apresenta três funções básicas: diagnosticar (investigar), controlar (acompanhar) e classificar (valorar). Pautadas a essas três funções, existem três modalidades de avaliação que permeiam a escola. São elas: diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica é aquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos pré-requisitos necessários, isto é, se possuem os conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas

aprendizagens. É também utilizada para caracterizar eventuais problemas de aprendizagem e identificar suas possíveis causas, numa tentativa de saná-los. (HAYDT, 1988, p. 16-17).

A avaliação formativa, com função de controle, é realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos, isto é, quais os resultados alcançados durante o desenvolvimento das atividades. [...] É principalmente através da avaliação formativa que o aluno conhece seus erros e acertos e encontra estímulo para um estudo sistemático. (HAYDT, 1988, p. 17-18).

A avaliação somativa, com função classificatória, realiza-se ao final de um curso, período letivo ou unidade de ensino, e consiste em classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento previamente estabelecidos, geralmente tendo em vista sua promoção de uma série para outra, ou de um grau para outro. (HAYDT, 1988, p.18).

A Resolução da SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 assim refere-se sobre a avaliação da aprendizagem:

Art. 70 Na avaliação da aprendizagem, a escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Parágrafo único. As formas e procedimentos utilizados pela escola para diagnosticar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar. (Resolução SEE nº 2.197, 2012)

Grande importância se dá na análise dos resultados das avaliações internas e externas: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Prova Brasil, Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica – SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA e pelo Programa de Avaliação da

Aprendizagem Escolar – PAAE, os quais são analisados por toda comunidade escolar e logo após é elaborado e entra em execução o Plano de Intervenção Pedagógica – PIP.

Avaliar a aprendizagem sempre existiu no processo educacional. Nesta instituição este processo permeia a prática pedagógica. Sendo assim, vários instrumentos significativos são executados na mesma, para que a avaliação da aprendizagem possa ser mais precisa e valiosa. Seguindo as leis estabelecidas, como a exemplo, a Resolução da SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, que contém um embasamento rico, que orienta e direciona as escolas estaduais de Minas Gerais em seus aspectos pedagógicos, administrativos e organizacionais. Ao longo do ano letivo é oferecido aos alunos oportunidades de recuperação da aprendizagem, após aplicação dos processos avaliativos. O Plano de Intervenção Pedagógica é sempre revisto oportunizando ao aluno atender às necessidades mínimas de aprendizagem assim como explicita o art. 78 da Resolução da SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012:

Art. 78 A escola deve oferecer aos alunos diferentes oportunidades de aprendizagem definidas em seu Plano de Intervenção Pedagógica, ao longo de todo o ano letivo, após cada bimestre e no período de férias, a saber: I - estudos contínuos de recuperação, ao longo do processo de ensino aprendizagem, constituídos de atividades especificamente programadas para o atendimento ao aluno ou grupos de alunos, que não adquiriram as aprendizagens básicas com as estratégias adotadas em sala de aula; I - estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentarem domínio das aprendizagens básicas previstas para o período; II - estudos periódicos de recuperação, aplicados imediatamente após o encerramento de cada bimestre, para o aluno ou grupo de alunos que não apresentaram domínio das aprendizagens previstas para o período; III – estudos independentes de recuperação, no período de férias escolares, com avaliação antes do início do ano letivo subsequente, quando as estratégias previstas nos incisos I e II não tiverem sido suficientes para atender às necessidades mínimas de aprendizagem do aluno. (Resolução SEE nº 2.197, 2012).

Na instituição a avaliação do processo ensino-aprendizagem é realizada de forma transparente e atualizada, proporcionando tanto aos alunos quanto aos seus

responsáveis a real situação que o educando se encontra. Assim sendo, todos são conscientizados e em tempo hábil buscam soluções para recuperar os déficits de aprendizagem apresentado. Embasados no art. 81 da Resolução da SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, os resultados das avaliações tanto interna quanto externa são assim divulgados:

Art. 81 Os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser comunicados em até 20 dias após o encerramento de cada 1 (um) dos 4 (quatro) bimestres, aos pais, conviventes ou não com os filhos, e aos alunos, por escrito, utilizando-se notas ou conceitos, devendo ser informadas, também, quais estratégias de atendimento pedagógico diferenciado foram e serão oferecidas pela escola. Parágrafo Único. No encerramento do ano letivo e após os estudos independentes de recuperação, a escola deve comunicar aos pais, conviventes ou não com os filhos, ou responsáveis, por escrito, o resultado final da avaliação da aprendizagem dos alunos, informando, inclusive, a situação de progressão parcial, quando for o caso. (Resolução SEE nº 2.197, 2012)

A escola realiza constantemente o levantamento das maiores dificuldades encontrada pelos alunos. Nos anos iniciais esse monitoramento é mais intenso e constante, pois, a mesma conta com professor eventual e professores de uso da biblioteca que auxiliam individualmente os alunos em fase final de alfabetização. Nos anos finais do ensino fundamental e médio esse acompanhamento acontece bimestralmente no conselho de classe, onde os professores procuram descobrir as principais causas do baixo rendimento escolar. A escola oferece aula de recuperação para os alunos dos anos finais do ensino fundamental.

Através desse resultado, pais e alunos são chamados para uma conversa juntamente com os professores responsáveis por turma. Nas reuniões pedagógicas o corpo docente propõe estratégias de intervenção pedagógica para que sejam sanadas tais dificuldades encontradas pelos alunos. Com isto muitos alunos têm oportunidades de sanar as dificuldades e são acompanhados individualmente em consonância com as perspectivas do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), oportunizando uma aprendizagem compromissada e significativa.

Serão atribuídos o valor de 100 pontos no decorrer do ano letivo, sendo distribuídos em 4 bimestres da seguinte forma: 1º bimestre – 20 pontos; 2º bimestre

– 20 pontos; 3º bimestre – 30 pontos; 4º bimestre – 30 pontos. E o aluno deverá conseguir 60 % para sua aprovação.

Percebe-se que na instituição a concretização da transmissão da educação formal, assim como nas demais instituições passa pelo critério da avaliação, a qual faz parte do processo ensino aprendizagem. A escola valoriza e executa as três funções básicas da avaliação que são a diagnóstica, formativa e somativa. Respeita o coletivo da escola, ou seja, os representantes dos vários segmentos estão sempre presentes nas discussões sobre o tema avaliação da aprendizagem. Observando a legalidade da execução deste tema, assim no que concerne a Resolução da SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 explicitado abaixo:

Art. 69 A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola, parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionadora da ação pedagógica, deve.

I – assumir um caráter processual, formativo e participativo; II - ser contínua, cumulativa e diagnóstica. III – utilizar vários instrumentos recursos e procedimentos; IV – fazer prevalecer os aspectos qualitativos do aprendizado do aluno sobre os quantitativos; V – assegurar tempos e espaços diversos para que os alunos com menor rendimento tenham condições de ser devidamente atendidos ao longo do ano letivo; VI – prover, obrigatoriamente, intervenções pedagógicas, ao longo do ano letivo, para garantir a aprendizagem no tempo certo; VII – assegurar tempos e espaços de reposição de temas ou tópicos dos Componentes Curriculares, ao longo do ano letivo, aos alunos com frequência insuficiente; VIII – possibilitar a aceleração de estudos para os alunos com distorção idade-ano de escolaridade. (Resolução SEE nº 2.197, 2012)

Um resultado escolar satisfatório depende do contexto que o envolve. A gestão escolar democrática é quesito sumariamente importante para a condução deste processo. Na instituição a equipe gestora proporciona espaço para questionamentos, sugestões e avaliações, de forma que o clima organizacional na escola é conduzido de forma tranqüila, contribuindo para que todos participem. Libâneo (2004) apresenta o perfil deste profissional:

Muitos dirigentes escolares foram alvos de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias, centralizadoras.

Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com esse perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromisso com as necessárias mudanças na educação. (LIBÂNEO 2004, p.217).

Prosseguindo nesta análise sobre avaliação faz-se necessário considerar a significativa importância da avaliação institucional, uma vez que ao avaliar o resultado da aprendizagem dos alunos, percebe-se claramente neste contexto como se dá o desenvolvimento da instituição. Podendo avaliar o trabalho dos professores, o resultado dos alunos, etc. assim como ressalta Souza (2010):

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive, interdependentes. A avaliação da aprendizagem [...] serve tanto para a análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, quanto como parâmetro para a avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional. (SOUZA, 2010, p.01).

Na escola todos são conscientes que um trabalho em equipe possibilita um melhor resultado no processo educativo. Assim sendo, exercê-lo se torna mais prazeroso e produtivo. Os professores participam ativamente da elaboração dos projetos executados. A equipe pedagógica preza por uma boa parceria com os docentes, proporcionando um enriquecimento nos trabalhos do dia-a-dia. Os professores, funcionários de outros setores, pais, representantes do Colegiado Escolar sabem da importância da contribuição de cada um, para que o resultado do trabalho seja satisfatório. Navarro (2010) explicita que:

... a ação docente e o desempenho dos estudantes são focalizações importantes para compreender o processo de ensino-aprendizagem. Assim, a responsabilidade pela aprendizagem escolar dos estudantes é igualmente dividida entre esses componentes: gestores, professores, estudantes, educadores não-docentes e pais. (NAVARRO, 2010, p.01).

... o Conselho Escolar pode auxiliar a escola na efetivação de seu compromisso de propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que são indispensáveis para a formação de cidadãos conscientes, críticos, participativos e preparados para viverem plenamente na sociedade. (NAVARRO, 2010, p.01).

Discorrendo sobre o tema avaliação, na instituição, também é preocupação constante avaliar o Projeto Político Pedagógico uma vez que ele é de suma importância, pois, norteia os caminhos a seguir, ou seja, quais objetivos almejados, para que realmente aconteça uma aprendizagem significativa. Sendo flexível permite que seja sempre revisto e atualizado. Uma gestão democrática facilita a participação de representantes da comunidade escolar, bem como do colegiado escolar para que dêem a sua contribuição na avaliação do mesmo. Navarro (2010) assim apresenta:

Assim, pode ser feito um mapeamento de todos os aspectos discriminados nas avaliações e, depois de identificar os pontos fortes, médios e fracos da escola, propor encaminhamentos para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados obtidos. NAVARRO, 2010, p.02).

Neste contexto, a partir do estudo relacionado ao tema avaliação, a Escola Estadual João de Barro prioriza como meta a aprendizagem dos alunos, bem como a formação de cidadãos atuantes na sociedade. A equipe gestora sabe que apenas através de uma gestão democrática poderá contribuir para a efetiva participação consciente dos seus profissionais, pais, comunidade, etc. A situação social de seus alunos é sempre analisada, para que um acompanhamento real seja possível. Um constante diálogo proporciona o alcance dos objetivos propostos, uma vez que cada seguimento é ciente que o resultado é coletivo, assim como Navarro (2010) apresenta:

(...) a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo. (NAVARRO, 2010, P.01).

A escola também considera que as duas dimensões das avaliações: interna e externa são extremamente importantes, mesmo que muitas vezes, tanto uma como a outra, seja motivo de controvérsia e questionamentos incômodo entre professores, equipe pedagógica, alunos e pais. A mesma reconhece a importância das avaliações educacionais e analisa criticamente seus resultados. Compara-os com as avaliações nacionais SAEB, Provinha Brasil, com avaliações estaduais PROEB,

PROALFA e PAAE e neste panorama com o objetivo de desenvolver atitudes de superação dos resultados obtidos, logo após, efetua a organização e a implementação das atividades de intervenções pedagógicas, adequadas e consistentes, para melhorar a aprendizagem dos alunos, por meio do Plano de Intervenção Pedagógica, cumprindo desta forma sua missão de mediadora do conhecimento formador, crítico e igualitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos a elaboração deste documento, levamos em consideração alguns aspectos que oportunizam uma gestão democrática e que inserem a participação dos diversos agentes do processo educacional. Desse modo, defendemos que a escola faça a construção do seu Projeto Político Pedagógico junto à sua comunidade escolar. E que esse documento paute a oferta de um ensino público com qualidade, forme cidadãos conscientes, críticos e capazes de melhorar a sua condição de vida e produzir melhorias para a sociedade. Afinal:

“O projeto político-pedagógico assim entendido é um instrumento formativo e auxilia a desenvolver uma ação coletiva, porque não se constroem projetos por decretos ou intervenções externas à escola. O projeto edifica-se com o próprio grupo de professores, alunos, pais, funcionários, representantes da comunidade no âmbito da prática pedagógica (VEIGA, 2007, p. 4).”

O PPP é a expressão do rumo pedagógico que irá orientar o trabalho escolar. Ele deve ser produto de um trabalho colaborativo que envolve todos os setores da escola e da comunidade escolar. Ele deve estar em constante reflexão e análise prática para que seja constantemente retomado e aprimorado de acordo com as necessidades educacionais.

A Escola Estadual João de Barro defende a necessidade da construção de uma sociedade mais justa em que a Cultura e Educação estejam integradas, assim como a Escola e a Comunidade. Ao pensarmos o currículo da Escola Estadual João de Barro nos deparamos com a complexidade de uma ideologia homogênea imposta, porém com as adaptações necessárias de acordo com a sua realidade. Desse modo, as questões curriculares são debatidas com a equipe escolar e com a

sua comunidade, juntamente à elaboração do PPP, que irá nortear as ações desenvolvidas na escola com a finalidade de promover o desenvolvimento integral dos alunos. Nesse sentido:

Uma proposta pedagógica expressa sempre os valores que a constituem, e precisa estar intimamente ligada à realidade a que se dirige, explicitando seus objetivos de pensar criticamente esta realidade, enfrentando seus mais agudos problemas. Uma proposta pedagógica precisa ser construída com a participação efetiva de todos os sujeitos - crianças e adultos, alunos, professores e profissionais não-docentes, famílias e população em geral -, levando em conta suas necessidades, especificidades, realidade. Isto aponta, ainda, para a impossibilidade de uma proposta única, posto que a realidade é múltipla, contraditória (KRAMER, 1997, p. 21).

Outro aspecto primordial para a escola é a Avaliação da Aprendizagem. Na Escola Estadual João de Barro desenvolvemos os 3 aspectos que consideramos essenciais: avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Ao mesmo tempo, a escola utiliza-se das avaliações externas, como parâmetros para reavaliar as nossas práticas pedagógicas. Luckesi entende que a:

(...) avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão (LUCKESI, 2002, p. 33).

Acreditamos que o PPP da Escola Estadual João de Barro é um documento que irá nortear a prática pedagógica escolar. Será um documento em permanente construção, ou seja, ele sempre estará sendo reescrito, de acordo com as reflexões e análise das práticas desenvolvidas no ambiente escolar. Desse modo, numa gestão democrática, temos a permanente reconstrução da proposta pedagógica, a fim de oferecermos uma educação de qualidade voltada para a cidadania e para a formação humana.

REFERÊNCIAS

- _____. **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. 7. ed. Campinas, São Paulo, 1998.
- AHLERT, Alvorí . **A eticidade da educação: o discurso de uma práxis solidária/ universal**. 2 ed. Ijuí, RS, 2003.
- ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a04.pdf> . Acesso em 09 jul. 2014.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 02 ago 2014.
- BOMBE, Dercio. Liderança e Processo de Tomada de Decisão. 2013. Disponível em: <http://dhhbombe.blogspot.com.br/2013/04/lideranca-e-processo-de-tomada-de.html>. Acesso em : 14 jul 2014
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 15 jul 2014.
- CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.
- CRUZ, Rosilene Miranda Barroso da et al. A cultura organizacional nas empresas e na escola. In. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão Educacional: Novos Olhares**, Novas Abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um Campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 09 jul. 2014.
- DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. **Comportamento Humano no Trabalho**. Vol. 1 – São Paulo. Pioneira, 1992.
- DAYRELL, J.. **A educação e cultura**. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, v. 2000, p. 136- escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos Olhares sobre 161**, 1996.
- DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 17 ago 2014.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Território e Lugar:** espaços da complexidade. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 09 jul. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos ou séries?** O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola? Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG) de 21 a 24 de novembro de 2004. Disponível em: http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf . Acesso em 10 jul. 2014.

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão.** Capítulos 2, 3 e 4. Disponível em: http://gephispnop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/gestao_escolar_e_o_proceso_de_tomada_de_decisao.pdf. Acesso em 29/06/2014.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem.** São Paulo: Ática,

HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio:** uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 1995.

HORNBURG, Nice. SILVA, Rubia da. **Teorias sobre currículo:** uma análise para compreensão e mudança. Vol. 3n 10 jan. e jun./2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/520266/TEORIAS-SOBRE-CURRICULO>>. Acesso em: 07 jul. 2014.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica.** Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/458/357>. Acesso em 24/07/2014.

7.1

7.2 KERBEJ, Maria Helena. **[Dimensão política da formação do professor](#)** . 2012.

Disponível em: <http://pedagogiadavirtualidade.wordpress.com/2012/11/23/dimensao-politica-da-formacao-do-professor/> Acesso em 17 ago 2014.

KRAMER, Sonia. Propostas pedagógicas ou curriculares: subsídios para uma leitura crítica. **Educação & Sociedade**, Dez 1997, vol.18, n.60, p.15-35. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a1.pdf>>. Acesso em 10 ago. 2014.

LIBÂNEO, João Carlos et. al. O sistema de organização e de Gestão da Escola: teoria e prática. In. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática** – 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei. **A importância da abordagem histórica da gestão educacional.**In: ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L.W. (Orgs.). História da administração escolar no Brasil: do diretor ao gestor. Campinas, SP: Alínea, 2010.

LOPES, Alice Cassimiro. **Discursos nas políticas de Currículo**. Currículo sem fronteiras. V. 6. N. 2, PP 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: [HTTP://www.org.curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf](http://www.org.curriculosemfronteiras/vol6iss2articles/lopes.pdf). Acesso em 08 jul 2014.

LOPES, Noemia. **PPP na prática**. Em pauta: revista Gestão Escolar. Dezembro, n.11, 2010. Disponível em : <http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml?page=0#>. Acesso em 03 jun 2014.

LUCCHESI, M. A S. **O diretor da escola pública, um articulador**. In: PINTO, O. F. C, FELDMAN, M. G., SILVA, R. C. (Org) Administração escolar e política da educação. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo, Cortez, 1998, 7ª edição.

MARTINS, José do Prado. **Administração Escolar**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução 2197 de 26 de outubro de 2012**. Disponível em http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7BD79D0911-31B5-44F6-908F-98F77FEFE621%7D_RESOLU%C3%87%20SEE%20N%C2%BA%202164.pdf. Acesso em 10 jul. 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 09 jul. 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços – 2010**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 08 jul 2014.

NAVARRO, Ignez pinto (ET AL.). **Avaliação: o processo e o produto – 2010**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/07/2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 29/07/2014.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. 5.ed. São Paulo: em jogo na sociedade [...]” (LOMBARDI, 2010, p. 22).

SHIMIZU, T. **Decisão nas organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Ângelo Ricardo (Et. AL.). **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição – 2010**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/08/2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG. Acesso em 26 jul. 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1). Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 02/08/2014.

VEIGA, Ilma P. A. Projeto Político Pedagógico, Conselho Escolar e Conselho de Classe: instrumentos da organização do trabalho. Cadernos ANPAE n. 4, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio_2007/176.pdf> Acesso em 11 ago. 2014.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Projeto Político Pedagógico**. 2009. Disponível em: <http://escoladossosinhosclaudia.blogspot.com.br/2009/08/projeto-politico-pedagogico.html>. Acesso em : 14 jul 2014

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. 14ª edição Papyrus, 2002. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_7_bloco_4/TEXT0.3-VEIGA-ILMA-PASSOS-PPP-UMA-CONSTRUCAO-COLETIVA.pdf>. Acesso em 07 jul 2014.

ANEXO I – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS E ALUNOS POR TURNO

7.32.1 - ALUNOS POR NIVEL DE ENSINO E TURNO										
Nível de Ensino Turno/ Aluno	2.1.1 - ENSINO FUNDAMENTAL									
	Ciclo da Alfabetização			Ciclo Complementar		Proeti	Anos Finais			
	Ano de Escolaridade			Ano de Escolaridade			Ano de Escolaridade			
	1º	2º	3º	4º	5º	1º ao 5º	6º	7º	8º	9º
Nº de Turmas	01	01	01	01	02	02	01	02	02	01
7.3.1 Manhã	-	-	-	-	-	56	32	42	44	37
7.3.2 Tarde	16	10	17	32	39	-	-	-	-	-
Noite	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	16	10	17	32	39	56	32	42	44	37

7.4 ALUNOS POR NÍVEL DE ENSINO E TURNO								
Nível de Ensino Turno Aluno	2.1.2 - ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS							
	ENSINO MÉDIO REGULAR			EJA – ENSINO FUNDAMENTAL		EJA – ENSINO MÉDIO		Aprofundamento de Estudos
	1º	2º	3º	*1º/2º	3º	1º	**2º/3º	Multisseriada
Nº de Turmas	02	01	01	01	01	01	01	01
7.4.1 Manhã	20	-	-	-	-	-	-	-
7.4.2 Tarde	-	-	-	-	-	-	-	25
Noite	22	39	24	11	18	10	22	-
Total	42	39	24	11	18	10	22	25